



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 4.095/2024
Pregão Eletrônico SRP nº 90004/2025

MINUTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2025

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, com sede na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, CEP 79.031-908, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.409/0001-63, neste ato representado pelo Secretário Administrativo ALENCAR MINORU IZUMI, portador do Registro Geral CPF nº 366.038.721-53, nomeado pela Portaria TRT/GP/DG nº 269/2024, a quem foi conferido poderes de representação consoante Portaria TRT/DG nº 202/2023, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS SRP nº 90004/2025, processo administrativo nº 4.095/2024, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviços de distribuição e veiculação de mídia nas formas de *outdoor*, inserções publicitárias em rádio, *banners* eletrônicos em sites de notícias e painéis eletrônicos, para divulgação de campanhas institucionais produzidas pela Justiça do Trabalho de Mato Grosso do Sul, no Município de Campo Grande – MS, conforme as especificações e condições constantes neste instrumento, no Termo de Referência e seus anexos, anexo ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico SRP nº 90004/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR						
(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
ITENS						
ITEM	QTD	PED. MÍN.	QTD. MÁXIMA PARA ADESAO	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 4.095/2024

Pregão Eletrônico SRP nº 90004/2025

MINUTA

ITEM 1 – COTA PRINCIPAL (AMPLA CONCORRÊNCIA)						
1	45	3	90	Unidade	OUTDOORS: A impressão será em papel e policromia nas seguintes dimensões: área total de 9m x 3m. As artes serão enviadas pelo CONTRATANTE, cabendo à contratada apenas a impressão e veiculação das placas (outdoor). Cada campanha será veiculada pelo período bissemanal (14 dias) contando com a distribuição das placas em ruas de grande circulação de veículos, por todas as regiões de Campo Grande-MS, devendo a contratada apresentar até 5 dias antes a programação e pontos de veiculação de mídia.	R\$ _____
ITEM 2 – COTA RESERVADA DO ITEM 1 (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME / EPP/ Equiparadas)						
2	15	1	30	Unidade	OUTDOORS: A impressão será em papel e policromia nas seguintes dimensões: área total de 9m x 3m. As artes serão enviadas pelo CONTRATANTE, cabendo à contratada apenas a impressão e veiculação das placas (outdoor). Cada campanha será veiculada pelo período bissemanal (14 dias) contando com a distribuição das placas em ruas de grande circulação de veículos, por todas as regiões de Campo Grande-MS, devendo a contratada apresentar até 5 dias antes a programação e pontos de veiculação de mídia.	R\$ _____
ITEM 3 – NÃO EXCLUSIVO PARA EMPRESAS ME/EPP/Equiparadas (conforme item 2.1.2 do Termo de Referência)						
3	1500	150	3000	Unidade	SPOT DE RÁDIO: As inserções deverão ser transmitidas entre 07h e 19h, bem distribuídas ao longo do dia (com ao menos uma veiculação por hora), de segunda a sexta-feira, durante 10 dias úteis por campanha, sendo 150 a 250 inserções por dia, a depender da campanha, com início no primeiro dia útil após a aprovação do material pela fiscalização da contratação. As campanhas institucionais serão veiculadas ao longo do ano, em datas definidas pelo CONTRATANTE.	R\$ _____
ITENS 4 e 5 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/Equiparadas						
4	50	5	100	Diária	BANNER VIRTUAL EM SITE DE NOTÍCIAS: O banner virtual principal deve ser animado, do tipo régua, medindo aproximadamente 970 x 250 pixels (medida mínima), no topo da página para visualização na página inicial do site (home) para o formato de desktop e medindo aproximadamente 300 x 100 pixels (medida mínima), para o formato mobile. A veiculação deverá ser realizada simultaneamente nos formatos desktop e mobile. Ao clicar no banner virtual deverá haver o direcionamento para a página/site indicada (o) pelo CONTRATANTE, que também enviará a arte do	R\$ _____



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 4.095/2024
Pregão Eletrônico SRP nº 90004/2025

MINUTA

					banner, juntamente com a Ordem de Serviço.	
5	18	1	36	Diária	<p>PAINEL ELETRÔNICO: O valor unitário da contratação será diário. A quantidade mínima prevista por campanha é de 1 painel de LED, sendo a máxima, 3, totalizando até 18 painéis no ano. A campanha contará com a distribuição das placas em ruas de grande circulação de veículos, no município de Campo Grande-MS, devendo a contratada apresentar em até 5 dias antes a programação e pontos de veiculação de mídia, sendo que, em todas as campanhas, pelo menos uma veiculação deve ocorrer no ponto de maior circulação de veículos e pedestres disponibilizado pela contratada. A arte a ser veiculada nos painéis será fornecida pela fiscalização da contratação dentro das medidas informadas pela CONTRATADA. Esse material será enviado conjuntamente às ordens de serviço, com antecedência de 3 (três) dias do início da veiculação. O material a ser veiculado será tanto no formato de imagens quanto de vídeos. O conteúdo do painel poderá ser em imagem e/ou vídeo. Deverá haver flexibilidade para alterações e atualizações de conteúdo, caso surja a necessidade por parte do CONTRATANTE, de fato superveniente, desde que a empresa contratada seja formalmente comunicada com até 1 (um) dia de antecedência da data em que se fizerem necessárias as modificações, não podendo ultrapassar o número de dois ajustes por campanha.</p> <p>Não serão aceitos painéis eletrônicos com medidas inferiores a 24 m² (vinte e quatro metros quadrados) e com número mínimo de inserções por dia inferior a 360 (trezentos e sessenta).</p>	R\$ _____

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo(s) a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

- 3.1. O órgão gerenciador será o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (UASG 080026).
- 3.2. Nesta contratação não haverá órgão participante.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Conforme item 10, do Termo de Referência.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 4.095/2024
Pregão Eletrônico SRP nº 90004/2025

MINUTA

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. Conforme item 11, do Termo de Referência.

6. NEGOCIAÇÃO, ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

6.1. Conforme itens 12, 13 e 14, do Termo de Referência.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS

7.1. Conforme item 15, do Termo de Referência.

8. DO DESCUMPRIMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do TRT da 24ª Região a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9. PENALIDADES

9.1. Conforme item 25, do Termo de Referência.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, garantias, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, recebimentos, pagamentos e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital de licitação.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Campo Grande – MS, ____ de ____ de 2025.

(documento assinado digitalmente)
ALENCAR MINORU IZUMI
Secretário Administrativo
TRT da 24ª Região

(documento assinado digitalmente)
XXXX
EMPRESA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 4.095/2024
Pregão Eletrônico SRP nº 90004/2025

MINUTA

ANEXOS –
CADASTROS DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

XXXXX

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

XXXXX

ANEXO – TR

ANEXO II

**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE NEPOTISMO
(Empresa)**

Identificação da Empresa:

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
E-mail:

A empresa acima identificada, por intermédio de seu representante legal abaixo nominado, DECLARA, sob as penas da lei, que não tem em seu quadro societário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região**, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação e que não promoverá a inclusão, em seu quadro profissional, durante toda a execução do contrato, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao referido Tribunal, em atendimento ao disposto nos artigos 2º, inciso VI, e 3º, da Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

Nome:
RG nº
CPF nº

Local, _____ de _____ de 20____.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 4.095/2024
Pregão Eletrônico SRP nº 90004/2025

MINUTA

Assinatura do Representante Legal do Licitante

ANEXO III

(Modelo de declaração exigida pela Resolução nº 310, de 24.9.2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho como condição prévia à contratação)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº _____, para fins de prova perante o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Termo de Referência, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no Artigo 299 do Código Penal, DECLARA que não está inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; bem como não ter sido condenada, ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105, no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos artigos 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do direito à profissionalização e à proteção no trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

Local, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Representante Legal do Licitante